

A vida, eis o preço que a humanidade tem de pagar para se libertar do mêdo. A era da Revolução Francesa está pronta para aceitar êste sacrifício.

Em lugar da velha terra regida por um Deus e animada consoante um plano divino, ergue-se, no espaço vazio do universo, um globo morto sôbre o qual já nada vive, Criador nem criatura alguma, sôbre o qual já não agem senão fôrças repulsivas, atrativas, centrípetas e centrífugas, quer em oposição umas contra as outras, quer em harmonia numa confusão ocasional.

O próprio homem habitante dêsse globo terrestre morto é um mero instrumento sujeito às leis da mecânica. “Uma máquina que, por si mesma, dá corda a seu próprio mecanismo” eis como Lametrie o chama — um mecanismo complicado, é verdade, porém em nada incalculável. A relação do homem para com os animais é mais ou menos a de um delicado relógio planetário comparado a um mecanismo comum de relógio, ou ainda, a dum tocador de flauta automático para com um pato automático.

A mesma negação de qualquer “viver” individual constitue igualmente a condição sine qua non dessa “física social” empenhada em perscrutar a estrutura social e em reedificá-la segundo leis racionais. Porque, só é possível estabelecer essas leis racionais para as relações sociais entre os homens, sob a condição de desprezar o que diferencia um indivíduo do outro e, em compensação, de ter unicamente em conta os resultados numéricos da estatística. Desta maneira, substitue-se o conceito de homem vivo pelo de “humanidade” e esta humanidade passa a ser objeto duma “correção racional”.

Daquí por diante, será sômente por pertencer ao conceito “humanidade” que o indivíduo “homem” adquirirá valor e influência. Por sua vez, êsse conceito, qual terrível demônio, exigirá, no altar da abstração, o sacrifício do indivíduo, incomparável na sua “não-reiterabilidade”.

Exatamente do mesmo modo que o novo sistema métrico da revolução abandona a base antropomorfa do intuitivamente vivo e substitue as unidades do “pé” e da “vara” pelo abstrato padrão métrico calculado sôbre a circunferência da terra, por tôda parte, nas concepções políticas, a abstração sobrepuja agora o que existe concretamente.

Uma “sociedade primitiva” fictícia reconstruída segundo as regras da teoria deve fornecer a base das novas teorias relativas à reedificação social da humanidade. Os membros abstratos dessa sociedade primitiva, tratados como átomos da primitiva matéria social, tem, por motivos de conveniência de haver concluído entre si um contrato primitivo. Partindo dêste fictício contrato primitivo duma sociedade primitiva não menos fictícia, erige-se agora um sistema completo de

abstrações que deve servir de fundamento à igualdade de todos os homens.

A gênese da “Declaração dos direitos do homem” nos revela a evolução progressiva que conduz do acatamento da realidade viva até o “fanatismo da idéia abstrata”.

“Onde a natureza, por ventura, ainda estabeleça uma desigualdade física entre os homens, e onde estes possam ser desiguais em fôrça ou em inteligência, tornam-se iguais por convenção e de direito” — assim escrevera Rousseau. De acôrdo com esta concepção, o primeiro projeto para a “Declaração dos direitos do homem” redigido por Sieyès, menciona expressamente a diferença efetiva entre os homens como o estado existente. Pelo contrário, nos debates posteriores da Assembléia Nacional, os partidários da abstração prevaleceram e impuseram para a redação definitiva do artigo primeiro, a fórmula: “Todos os homens nascem livres e iguais e assim permanecem”.

Visto que o mundo tem de ser reconstruído segundo abstrações, os homens, que estão firmemente convictos da utilidade e da justiça exclusivas do seu plano racional de organização universal, chegam ao ponto de querer suprimir tudo o que diverge de suas construções e não é adequado ao esquema abstrato. A execução sumária do homem vivo pela [guilhotina da abstração] acaba afinal por levar fatalmente ao verdadeiro assassinio que, em nome do conceito de humanidade, vai ser consumado em dezenas de milhares de pessoas.